



EMENDA ADITIVA Nº 002/2018-CFEFFO

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº. 005/18, que Dispõe sobre Alterações na Lei nº 288/2006 e Lei nº 287/2006, com criação de cargos de provimento efetivo, cargos comissionados, funções, aumento do número de vagas e dá outras providências.

Art. 1º. Fica Aditivado os artigos 22-C, 22-D, 22-E e 22-F, ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2018, em conformidade com a presente emenda aditiva, com a seguinte redação:

“Art. 22 [...]

Art. 22-C. Fica o Poder Executivo de Medicilândia, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a pagar aos Agentes Comunitários de Saúde ACS e aos Agentes de Combate a Endemias ACE, insalubridade no percentual 20% (vinte por cento), calculado sobre seu vencimento ou salário-base, conforme prerrogativas da Lei Federal nº 13.342, de 03 de outubro de 2016, subdividido em dois momento, a partir de junho de 2018 com 10% (dez por cento) atingindo os 20% (vinte por cento) até a data base de 2020.

Art. 22-D. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar aos Conselheiros Tutelares adicional de periculosidade no valor de até 40% (quarenta por cento), calculado sobre o salário base, subdividido em dois períodos, em 2018 com 20% (vinte por cento) atingindo os 40% (quarenta por cento) em 2020.

Art. 22-E. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar aos servidores atuantes da Casa dos Idosos, adicional de insalubridade no valor de 20% (vinte por cento), calculado sobre o salário base.

Art. 22-F. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar aos servidores eletricitista do quadro municipal, adicional de periculosidade, calculado sobre o salário base.”

Art. 2º. Esta Emenda Aditiva entra em vigor na data de sua aprovação.

Câmara Municipal de Medicilândia, Estado do Pará, em 17 de abril de 2018.

Fredson Almeida Lopes
Presidente CFEFFO

Jari Ednei Teixeira
Relator CFEFFO

Agenor de Jesus Feitosa
Secretário CFEFFO

Vilson Alves dos Santos
Membro CFEFFO